

definidas nas Ordenações Filipinas, e a criação do Tribunal do Comércio, além da reforma da Guarda Nacional. Tais reformas, aliadas ao fim do tráfico e a lei de terras, estavam interligadas entre si, contribuindo para a superação do escravismo brasileiro (CARVALHO, 2008: 256-257). Na década de 1860, outras leis foram promulgadas, dando continuidade à ruptura iniciada na década anterior. Em 1864, a lei de Hipotecas regularizava o acesso ao crédito via hipoteca de bens, além do retorno ao monopólio de emissões dado ao Banco do Brasil, após a crise do Souto e a bancarrota que se seguiu (MARCONDES, 2002; SAÉZ, 2010). Também, naquele período, seguiam-se os debates sobre o fim da escravidão e a promulgação da legislação gradual para o desmanche do sistema escravista (CASTRO, 1998; FRAGOSO, 2000).

Era o momento de grandes rupturas na ordem social, econômica e política que marcava a chegada da modernidade no país.

Diante das transformações que seguiam as políticas institucionais em curso na sociedade brasileira de âmbito nacional, o seu impacto refletia como uma sombra na vida cotidiana dos sujeitos imperiais, interferindo na forma como lidavam com os tratos mercantis e a produção da riqueza, bem como alterava o entendimento entre senhores e escravos, emergindo novas tensões sociais e econômicas nas relações escravistas e no mundo do cativo. Enfim, eram anos de muita turbulência social e econômica, nos quais os fazendeiros escravistas, acostumados às velhas regras e velhos hábitos, precisavam se adaptar.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo o estudo sobre a riqueza e os seus mecanismos de produção numa região marcada pela alta concentração de escravos alocados na produção de gêneros alimentícios para o mercado interno nos anos de crise do escravismo brasileiro. A região em questão era o distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais entre os anos de 1850 e 1870.

A escolha dessa localidade justifica-se pelo fato da mesma apresentar ao longo da primeira metade do século XIX uma alta concentração de cativos, sendo seus índices percentuais e absolutos no conjunto da população superiores aos de livres, empregados na produção de alimentos e criação de animais com vistas ao abastecimento interno da comarca do Rio das Mortes e da Corte do Rio de Janeiro. Quanto ao recorte temporal, entre os anos de 1850 e 1870, ele se justifica por representar o primeiro momento efetivo de ruptura no sistema escravista brasileiro, com a lei Eusébio de Queirós, em 1850, que refletiu diretamente na forma de produção da riqueza. E encerra-se em 1870, pois a lei do Ventre Livre marcaria definitivamente que a escravidão estava com os dias contados e, assim, acentuaria as novas

orientações econômicas e a emergência de novas relações sociais de trabalho no cotidiano brasileiro (GRAHAM, 1979). Neste sentido, o estudo do impacto das políticas nacionais emancipacionistas da escravidão e das reformas econômicas na economia regional da comarca do Rio das Mortes, representada pelo distrito da Lage, entre os anos de 1850 e 1870 nos possibilita analisar as estratégias e apropriações de fazendeiros escravistas na labuta diária para assegurarem suas sobrevivências e garantir a reprodução do seu modo de viver naqueles anos de transformação.

### ***O distrito da Lage: padrão de riqueza (1850-1870)***

Entre os anos de 1850 e 1870, o distrito da Lage ainda mantinha os contornos sociais, econômicos e políticos das primeiras décadas do oitocentos: permanecia como uma área de fazendas, com economia voltada para a produção de alimentos e com alta concentração de escravos. O arraial como contraponto as fazendas (o urbano *versus* o rural) era lugar de morada de pessoas pobres, visto pelos fazendeiros como espaço de desordem, onde habitavam pessoas desordeiras e de maus costumes (RESENDE, 1920). Assim, apesar de muitos fazendeiros possuírem casas de moradas no arraial, que serviam de espaço de sociabilização da elite nos domingos e dias santos, a riqueza na região do distrito da Lage se concentrava no espaço rural, nas suas fazendas.

A maior parte dos fazendeiros do período era descendente dos primeiros ocupantes, que rumaram para a região em meados do século XVIII, num movimento de expansão da fronteira agrícola e instalação das fazendas, não motivados pela extração aurífera: “*as fazendas foram as únicas responsáveis pelas suas primeiras paisagens*” (TEIXEIRA, 2006: 40). Os fazendeiros, cujos inventários tivemos acesso, eram os detentores da riqueza e o exercício do mando local e poderio político por eles exercidos eram expressos, sobretudo, através da ocupação de cargos da vereança na Câmara da vila de São José e nos cargos do judiciário, nas disputas territoriais de agregação de quarteirões e arraiais sob jurisdição administrativa do distrito da Lage, nas patentes da Guarda Nacional e na presença de agregados nas fazendas. Estes homens eram herdeiros de uma tradição pré-capitalista, na qual a base da produção da riqueza e prestígio assentava-se na posse de escravos e na aquisição contínua de terras. Consoante a isso, a reprodução do sistema agrário escravista localmente

# **O perfil das alforrias e dos alforriados de Ilhéus (BA), 1810-1850<sup>1</sup>**

Marcelo Loyola de Andrade

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP

E-mail: mlandrae@yahoo.com.br

## **Resumo**

Trata-se de um estudo, em andamento, das cartas de alforrias registradas nos Livros de Notas do tabelionato de Ilhéus – BA, entre 1810 e 1850. Estes livros encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e em microfilme no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A nossa análise abrange 85 cartas de alforrias que resultaram em 87 alforriados. Nesse sentido, o nosso objetivo consiste em ressaltar as particularidades do fenômeno da alforria na localidade dentro do período assinalado, atentando, principalmente, para os aspectos relacionados com perfil dos alforriados e as formas de obtenção das alforrias.

Palavras Chave: Ilhéus (BA), escravidão, alforrias, século XIX.

---

<sup>1</sup> O trabalho apresentado faz parte de um estudo mais amplo que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa Científica (CNPq).

## **Introdução**

O tema da alforria é uma vertente historiográfica da escravidão brasileira que conta com amplos estudos, abarcando diversas partes do país. Os pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto abordaram diversos aspectos deste processo, ampliando o nosso entendimento sobre as particularidades do fenômeno no Brasil. O estudo sobre a prática das alforrias, no entanto, deve ser observado levando-se em conta a heterogeneidade de fatores que atuaram sobre ela no tempo e no espaço, ou seja, condições econômicas, oscilações demográficas na população cativa, intensificação do tráfico atlântico e provincial de escravos, campanhas abolicionistas, dentre outros.

O escopo temporal em que está inserido este estudo, ou seja, primeira metade do século XIX, é marcado por uma das variáveis relevantes e recorrentemente considerada nas pesquisas sobre alforrias, que diz respeito ao tráfico transatlântico de africanos. É sabido que o Brasil foi a principal região de desembarque de africanos escravizados nas Américas (KLEIN, 1987). Esta constatação, porém, impõe questionamentos quando buscamos averiguar as consequências disso sobre a prática das alforrias. Principalmente, tendo em vista que no Brasil este processo foi bastante difundido, sobretudo se comparado com outras importantes sociedades escravistas das Américas. Como teriam se comportado as manumissões, nas diversas regiões brasileiras, enquanto o tráfico externo esteve aberto, mas precisamente na primeira metade do século XIX?

Sabemos que a mão de obra escrava era o principal investimento dos escravistas e sua importância residia justamente na utilidade que tinha enquanto fator de produção. Desse modo, convém questionar as condições do mercado de escravos na época assinalada, sobretudo no tocante à oferta de cativos, os seus preços e as demandas das diferentes áreas do país. Isso se torna relevante para as nossas análises por entendermos que havia uma dinâmica existente entre a população escrava e a economia, isto é, dependendo do meio em que estavam inseridos, da rentabilidade das unidades produtivas onde trabalhavam os escravos, estes tiveram maiores ou menores possibilidades de se reproduzirem naturalmente, de acumular pecúlio, constituir famílias ou estabelecer laços de solidariedade, sendo que todos esses fatores exerceram influência sobre as manumissões.

A campanha para a abolição do tráfico de escravos no Atlântico começou no último quartel do século XVIII, sendo considerado o primeiro movimento político de massa baseado em propaganda política moderna, da história da Inglaterra, senão de toda

a Europa (KLEIN, 1989). Em 1808 o tráfico foi proibido nas colônias inglesas, todavia o mesmo permaneceu sendo praticado no Brasil, até a sua proibição oficial em 1850. As restrições dos ingleses ao tráfico de africanos fizeram-se presente desde o início do Oitocentos, sendo que em 1831 o Brasil se comprometeu com a Inglaterra a extingui-lo. Todavia, mesmo com o impacto da lei de 1831, o tráfico foi retomado e no final de 1835 havia recuperado seu volume anterior e muito de sua antiga respeitabilidade (CONRAD, 1985: 103).

Nesse contexto, a economia brasileira apresentou crescimento vigoroso, tanto nas atividades agroexportadoras quanto naquelas relacionadas com a produção de alimentos e outros produtos destinados ao abastecimento do mercado interno. Esse desempenho positivo, segundo Tamis Parron, foi possível graças a uma série de medidas favoráveis à produção colonial, emitidas pela Coroa nos quadros da Ilustração europeia (PARRON, 2011: 45).

A produção de algodão, que se resumia a 388 toneladas em 1776, alcançou 2.886 t em 1789 e chegou a 4.443 t na quadra 1796-1800, afora o novo padrão de demanda industrial, o artigo passou por notável valorização até 1816, sendo que de 1808 a 1820, a rama brasileira representou 60% do total das exportações nacionais para a Inglaterra e quase um terço das importações inglesas do artigo (Ibidem: 45-46). A produção de açúcar passa por uma revitalização e aumenta o ritmo de crescimento das exportações brasileiras, sobretudo após o colapso de São Domingos na década de 1790, então colônia francesa e maior produtor mundial do produto. Segundo Bert J. Barickman, com a elevação dos preços nesta década, os senhores de engenho baiano ganharam confiança na recuperação e traduziram-na em expansão da produção, sendo que entre o final da década de 1790 e pouco antes da Independência, pelo menos oitenta novos engenhos foram erguidos na província da Bahia (BARICKMAN, 2003:74-75). Em Pernambuco, a produção açucareira, calculada em torno de 6 mil caixas anuais, saltou para 11 mil caixas no período 1796-1811. Paralelamente, a região de Campos dos Goytacazes, norte da capitania do Rio de Janeiro, se transformou em típica zona de *plantation*, abrigando 400 engenhos em 1810 (em 1777, possuía apenas 50) (PARRON, 2011: 46).

O café, por sua vez, nos primeiros anos do século XIX ocupava apenas o oitavo lugar entre todos os produtos de exportação. Dali em diante, porém, assumiu enorme importância na economia brasileira. Na década de 1830, o café, produzido principalmente no Sudeste, desbancou o açúcar como o mais valioso produto de

exportação do país, e na década de 1850 chegou a corresponder a mais da metade de todas as exportações brasileiras (BARICKMAN, 2003: 61).

O acentuado avanço no desempenho do sistema produtivo resultou, necessariamente, em acréscimo populacional, tanto de homens livres quanto dos escravos. O incremento das atividades agroexportadoras, por sua vez, promoveu maior integração com as áreas produtoras de gêneros destinados ao abastecimento do mercado interno. Na província da Bahia, por exemplo, Bert J. Barickman, ressaltando a importância do mercado regional de farinha de mandioca, destacou que os senhores de engenho e lavradores de cana no Recôncavo geralmente não plantavam mandioca em quantidades suficientes, nem seus escravos costumavam cultivar em suas roças alimentos suficientes para se sustentar (Ibidem: 116). Desse modo, entendemos que as unidades agroexportadoras não eram autossuficientes, e que havia articulações entre elas e os mercados vicinais, isto é, produtores de toucinho, queijo, couro, carne-seca, trigo, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz e tabaco integraram-se economicamente às zonas de *plantation*, formando um mercado interno relativamente bem estruturado.

É dentro deste cenário que buscaremos perceber alguns aspectos das relações escravistas, atentando para o lugar das alforrias no processo. Nesse sentido, começamos por indagar qual comportamento poderíamos esperar dos escravistas nesta conjuntura econômica favorável? Se na maioria dos casos a carta de alforria decorreu de um acordo entre o escravo e seu senhor, sendo que raramente ela foi dada a revelia deste (EISENBERG, 1989: 246), quais critérios incidiam sobre a decisão do proprietário ao alforriar seu cativo? Dentro de uma perspectiva econômica, Stuart Schwartz, analisando as relações sociais e de trabalho na sociedade colonial baiana explica que um escravo naquela época produzia em 14 a 20 meses açúcar suficiente para repor o dinheiro do seu preço de compra, por isso a maioria dos proprietários não estimulavam o casamento de escravos para promover o crescimento natural, visto que não valia a pena correr riscos e custear a criação de crioulos até a idade produtiva (SCHWARTZ, 1983: 50).

A facilidade de acesso ao mercado de escravos, com preços relativamente baixos, pode ter influenciado a prática de alforriar. Mary C. Karasch, estudando a vida dos escravos no Rio de Janeiro entre 1807-1831 assinala que,

[...] o tráfico forneceu ao Rio novos africanos, cujo preço comparativamente baixo tornava possível até para ex-escravos comprá-los no mercado. Em consequência, a propriedade de escravos por

homens e mulheres disseminou-se na cidade e gente de renda média, artesãos e até os considerados pobres podiam possuir cativos. (KARASCH, 2000: 29)

Ao que parece, as chances de possuir escravos foram maiores dentro de contextos econômicos favoráveis, o preço dos escravos eram mais baixos nas primeiras décadas do século XIX que nos últimos decênios que antecederam o fim da escravidão no Brasil. Mattoso, Klein e Engerman estudando as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia entre 1819 e 1888 destacam que,

[...] os preços de escravos no Brasil aumentaram constantemente durante a maior parte do período considerado [...] os preços do final da era escravista eram superiores aos de antes do final da década de 1830, o que indica a magnitude do crescimento da demanda por escravos ao longo do século XIX. (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988: 67)

A elasticidade da oferta de escravos combinada com a demanda de um mercado crescente pode ter influenciado as manumissões, na medida em que era relativamente fácil para os senhores renovar seus plantéis. No Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, 1.319 escravos receberam a liberdade em 904 cartas registradas nos livros de notas do primeiro cartório, o que corresponde a uma média anual de 54,9 forros (KARASCH, 2000: 459). Todavia, as relações escravistas não foram pautadas apenas por motivações econômicas, isto é, o ato de alforriar proveio de situações e condições diversas, não se tratava exclusivamente de um negócio, escravos existiram que além da alforria gratuita, herdaram bens dos seus senhores, crianças foram alforriadas, algumas pela graça dos seus pais/senhores, outras por lhes ter criado e pelos bons serviços prestados pelas suas mães, assim como teve parcela significativa de escravos que contaram com o apoio de familiares para se libertar do cativo, outros criaram laços de solidariedade que lhes valeram preciosas contribuições.

Analisando os testamentos de libertos em Salvador, em sua maioria de ex-escravos africanos, Maria Inês Cortes de Oliveira destacou que parentes, amigos, compadres, camaradas de ofício, madrinhas, padrinhos, compunham uma intrincada rede de relações sociais que os escravos e libertos constituíam e alimentavam e que lhes servia de apoio em momentos de maior necessidade. (OLIVEIRA, 1988: 28). Mieke Nishida, por sua vez, analisando o papel da etnia na escravidão urbana de Salvador entre 1808 e 1888, observou que nas primeiras três décadas do século XIX, apesar de os escravos africanos superarem em número os nascidos no Brasil à taxa de pelo menos 2: 1, houve supremacia numérica dos forros nascidos no Brasil (NISHIDA, 1993: 241).

Como podemos perceber, uma série de variáveis atuou sobre as alforrias. Particularmente neste primeiro momento abordado, podemos observar que havia um mercado interno crescente, acompanhado pela ampliação da pauta de exportações e que contava com acesso relativamente livre ao mercado de escravos. Não obstante, vale salientar que nem todas as áreas escravistas do Brasil conseguiam participar, com a mesma intensidade, desse dinamismo econômico. Ademais, a reprodução da escravidão nem sempre manteve relação direta com o tráfico externo de escravos.

No caso de Ilhéus, como veremos nas próximas páginas, a integração da vila no circuito comercial mais amplo, ou seja, que envolvia a economia provincial e o Império como um todo ocorreu de forma demasiadamente lenta. As atividades econômicas desenvolvidas naquela localidade, de certa forma, influenciaram as relações escravistas. Portanto, ao que parece, a reprodução da escravidão estava, em certa medida, mais relacionada com o crescimento vegetativo da população cativa do que com o tráfico Atlântico de africanos. Nesse sentido, como já frisamos anteriormente, deve-se atentar para as particularidades de cada região e, sobretudo, tomar muito cuidado com as generalizações.

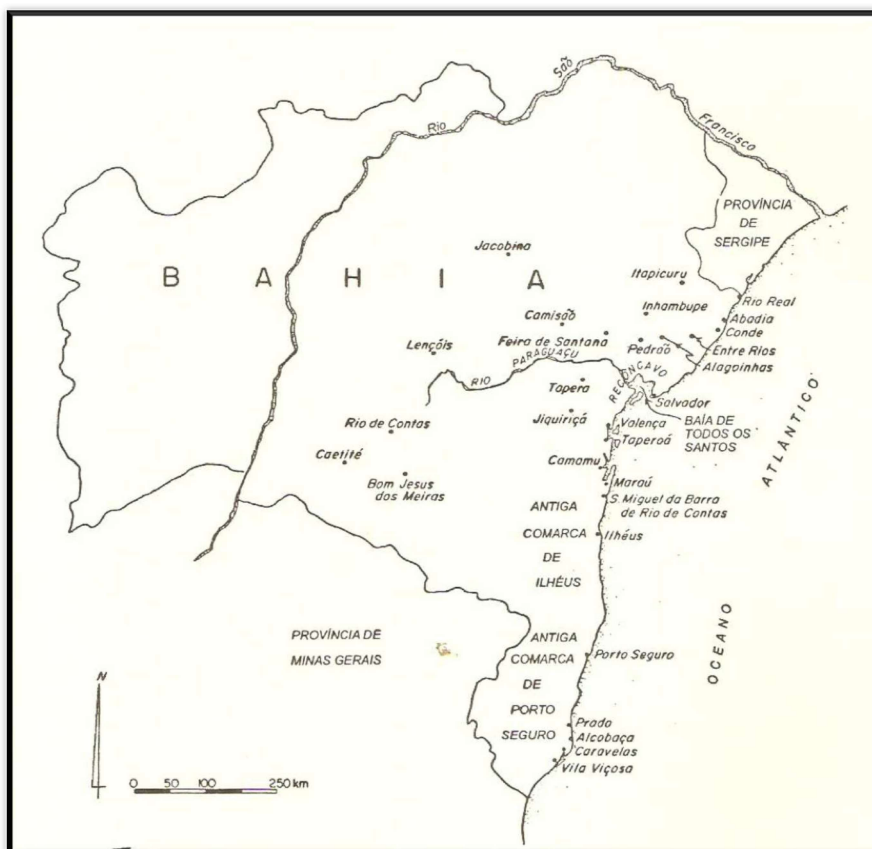
### **As cartas de alforrias e os alforriados de Ilhéus, 1810-1850.**

A vila de São Jorge dos Ilhéus era uma das mais importantes do Sul da Bahia, foi sede da capitania e cabeça da comarca, portanto, nela estava reunido o principal corpo político e administrativo de onde partiam as deliberações governamentais, além de manter contato direto com o Reino e com a África (CAMPOS, 2006: 170). A localização da vila de Ilhéus pode ser visualizada na figura I, que apresenta o mapa da província da Bahia em meados do século XIX.

#### **Figura I**

#### **Mapa da Província da Bahia em meados do século XIX**





Fonte: (BARICKMAN, 2003: 37)

Os alforriados analisados aqui estavam inseridos em uma área com economia em crescimento, porém em ritmo lento. As relações comerciais com a capital da província ainda eram pouco desenvolvidas. Entre as atividades econômicas da vila, podemos destacar a pesca, a produção de farinha de mandioca, algum açúcar e aguardente, bem como a extração de madeiras de lei. Nos primeiros lustros do século XIX o café e o cacau crescem em importância entre os produtos cultivados. Todavia, nesta época eles permanecem como itens secundários no comércio exterior da província e despontavam entre outros elementos da policultura regional. Não obstante, o cultivo do cacau avança ao longo dos anos, sendo que em 1830 o Sul da Bahia podia exportar, anualmente, 26 toneladas do produto (MAHONY, 2001: 106). A partir daí, as exportações de cacau da Bahia, quase toda proveniente desta região, continuou crescendo, em 1840 foram exportadas 103 toneladas e em 1850 esta cifra praticamente triplicou, atingindo 304 toneladas (BONDAR, Apud. GARCEZ, 1977: 50)

Na primeira metade do século XIX, ao que parece, o governo provincial estava com suas atenções voltadas para a produção de açúcar de Salvador e seu Recôncavo, principal produto de exportação da província na época. Todavia, com o objetivo de aumentar o povoamento e melhorar a exploração das terras do Sul da Bahia, ele

começou a incentivar neste período a vinda de imigrantes estrangeiros, sobretudo na forma de colonos (LYRA, 1982: 33).

A população da vila de Ilhéus era composta por cerca de 2.400 habitantes na época da independência e por cerca de 2.795 em 1845 (MAHONY, 2001: 98). A posse de escravos estava difundida entre pequenos lavradores e alguns donos de fazendas e engenhos. Mary H. Mahony estimou, com base em registro batismal do período entre 1823 e 1843, uma população cativa em torno de 500 escravos nos anos 1820 e cerca de 700 nos anos 1840, embora afirme que esses números podem ser baixos demais devido às limitações da fonte para este tipo de análise (Ibidem, 99). Não obstante, a autora fornece informações do contingente de escravos de algumas propriedades de Ilhéus,

Em 1828, o contingente de escravos do Engenho Santana estava, de acordo com Stuart Schwartz, bem equilibrado, com 109 homens e 113 mulheres. Na fazenda de João Segismundo Cordier, havia sete escravos, quatro homens e três mulheres, em 1849. O contingente de escravos na Fazenda Victoria compunha-se metade de homens e metade de mulheres em 1857: dos cento e doze escravos na propriedade, cinquenta e seis eram homens e cinquenta e seis mulheres. De forma similar, em 1861, no Engenho Castelo Novo, havia vinte e seis mulheres e vinte e oito homens (Ibidem, 101)

Com base nos exemplos citados, e na bibliografia consultada, podemos inferir que a população escrava de Ilhéus possuía características próprias de áreas com economia de subsistência e menos fortemente ligadas à exportação e ao tráfico de escravos, ou seja, com razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças (SCHWARTZ, 1988: 290). O estudo de Fernanda A. da Silva, por exemplo, embora se refira a meados do século XVIII, constatou que entre os 49 alforriados de Ilhéus nesta época, 30 eram do sexo feminino e 19 masculino, entre eles haviam 16 crianças (32,6%) e 14 (28,5%) eram de origem africana (SILVA, apud. DIAS; CARRARA, 2007: 151-152). No entanto, percebemos que na primeira metade do século XIX, as características demográficas dos alforriados desta localidade não diferiam substancialmente daquelas apontadas pelo estudo da referida autora, conforme veremos nas próximas páginas.

A carta de alforria ou carta de liberdade era o documento que oficializava a passagem do indivíduo da condição de escravo para a de liberto, era a prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista (KARASCH, 2000; 439). Com relação às cartas de alforrias lançadas nos Livros de Notas do Tabelaionato de Ilhéus, uma particularidade desta

documentação merece ser explicada. Os livros não formam uma série completa, isto é, existem lacunas entre eles, como se pode ver na tabela abaixo.

**Tabela 1**  
**Distribuição dos registros de alforrias por Livros de Notas.**  
**Ilhéus, 1810-1852.**

LIVROS/PERÍODOS	REGISTROS		MÉDIA ANUAL
	N	%	N
Lv. 5 (1810-1815)	5	5,9	0,8
Lv. 6 (1822-1825)	19	22,4	4,75
Lv. 7 (1832-1834)	15	17,7	3,75
Lv. 8 (1835-1838)	21	24,7	5,25
Lv. 9 (1838-1841)	10	11,7	2,5
Lv. 10 (1841-1847)	12	14,1	1,71
Lv. 11 (1848-1852)	3	3,5	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>100</b>	<b>2,6</b>

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Conforme a Tabela 1 observa-se que existem duas lacunas de seis anos, ou seja, uma entre o final do Livro nº 5 (1815) e o início do nº 6 (1822), e outra entre o último ano do Livro nº 6 (1825) e o primeiro do nº 7 (1832). Não sabemos precisar ao certo o que ocorreu nos períodos lacunares, no entanto, pode-se argumentar que perderam os livros, pois nada justifica a vila de Ilhéus, sede administrativa da comarca, ter ficado sem Livros de Notas nos referidos períodos. De fato, este problema na documentação inviabiliza uma análise da frequência das alforrias ao longo dos anos. Ademais, os livros estão incompletos e com algumas páginas muito deterioradas, portanto, não pretendemos apresentar resultados conclusivos quanto ao número de manumissões.

O Banco de Dados que serviu de base para a pesquisa contém 87 registros de cartas de alforrias distribuídos no período em tela, no entanto, neste estudo dois deles foram excluídos por estarem incompletos, ou seja, faltam informações sobre a data da concessão e a data do registro.<sup>2</sup> Nesse sentido, a quantidade de cartas de alforrias pesquisadas (85) não corresponde ao total das manumissões efetivadas em Ilhéus no período, mesmo porque, conforme a bibliografia aponta, podem ter acontecido concessões feitas em testamentos e/ou inventários que não foram para o cartório de

---

<sup>2</sup> Agradeço ao Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e ao professor Dr. Marcelo Henrique Dias que forneceram o Banco de Dados para a pesquisa.

notas (GUEDES, 2007). Não obstante, acreditamos que esta quantidade seja representativa da maioria das manumissões efetivadas em Ilhéus na primeira metade do século XIX, e o seu estudo pode elucidar alguns aspectos do fenômeno na localidade.

Conforme mencionamos anteriormente, a quantidade de alforrias pesquisadas é relativamente pequena, são 85 registros que resultaram em 87 indivíduos alforriados. Desse modo, para efeito de melhor sistematização e análise dos dados, optamos por agrupá-las em quatro períodos (decênios), como consta na tabela abaixo.<sup>3</sup>

**Tabela 2**  
**Registros das alforrias e alforriados por períodos.**  
**Ilhéus, 1810-1849**

Períodos	Registros		Alforriados	
	N	%	N	%
<b>1810-1819</b>	5	5,9	5	5,8
<b>1820-1829</b>	20	23,5	21	24,1
<b>1830-1839</b>	40	47,1	41	47,1
<b>1840-1849</b>	20	23,5	20	23,0
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100</b>	<b>87</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Com relação ao total de registro de alforrias (85) percebemos que, embora a sua grande maioria seja resultado do acordo direto entre escravo e senhor, existem 7 casos em que os registros são provenientes de testamentos e partilhas de bens nos inventários, ou seja, os herdeiros libertavam ou “perdoavam” parte do valor do escravo ou o alforriava em cumprimento das disposições testamentárias. Encontramos dois registros de alforrias fruto de batismo e percebemos a presença de parentes dos cativos ajudando a resgatá-los do cativeiro em outros casos. As relações paternalistas de dependência parecem ter tipo espaço considerável no conjunto das cartas, dado confirmado pelo número de cartas gratuitas condicionais.

As médias anuais dos registros das alforrias oscilaram muito de acordo com os períodos correspondentes a cada Livro de Notas (ver Tabela 1). No entanto, é possível notar certa tendência à diminuição do número médio de alforrias por ano ao longo dos referidos períodos. Ainda não podemos avaliar se o desenvolvimento da lavoura cacaueteira, a partir da década de 1830, exerceu alguma influência sobre a frequência das manumissões. No entanto, pode-se argumentar que, talvez, o crescimento do cultivo do

<sup>3</sup> A metodologia empregada consistiu em agrupar as cartas de alforrias de acordo com as datas dos registros das mesmas.

cacau, bem como o desenvolvimento da lavoura comercial como um todo, pode ter aumentado a demanda por trabalho e isto incidiu na decisão dos senhores na hora de avaliarem as possibilidades de concessão ou negociação das alforrias. Não obstante, esta hipótese merece ser avaliada com minudência e confrontada com outras fontes documentais.

No geral, a média anual de alforrias em Ilhéus corresponde a 2,6 cartas (ver Tabela 1). No entanto, tendo em vista as lacunas existentes na documentação, sabemos que este número pode estar subestimado. Todavia, se compararmos ele com o de outras localidades, sobretudo aquelas afastadas dos grandes centros importadores de escravos e com economia em expansão, no mesmo período, podemos oferecer ao leitor uma noção sobre a situação de Ilhéus dentro do contexto mais amplo das manumissões. Em Rio de Contas, no alto sertão da Bahia, por exemplo, com uma economia baseada na agricultura, pecuária e voltada para a subsistência e abastecimento dos mercados vicinais, Kátia Lorena Novaes Almeida percebeu que 960 escravos foram alforriados entre 1800 e 1850, o que equivale a uma média anual de 19 forros (ALMEIDA, 2006: 61). Em Campinas, onde o cultivo da cana de açúcar estava em expansão, a média anual de alforrias variou de 1,3 a 9,1 entre 1798 e 1848 (EISENBERG, 1987: 181). Na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XIX, Enidelce Bertin encontrou uma média anual de 14,4 registros de alforrias e 18,3 de alforriados (BERTIN, 2004: 69).

Essas poucas comparações, podem sugerir que a dinâmica econômica e escravista de Ilhéus nesta época era pouco desenvolvida quando comparada com a realidade de outras regiões. Ao que parece, a baixa rentabilidade da lavoura comercial, aliada com as dificuldades de acesso ao mercado de escravos pode ter influenciado as relações escravistas em Ilhéus.

Voltando a atenção para as manumissões, podemos indagar sobre os tipos de alforrias que os escravos de Ilhéus obtiveram. Quais condições foram impostas nas mesmas? Qual o perfil da população alforriada de Ilhéus? Essas são algumas das questões que norteiam este estudo e tentaremos elucidá-las ao longo do texto.

As cartas de alforrias registradas em Ilhéus, na sua grande maioria foram onerosas, aqui consideradas todas aquelas pagas e/ou condicionadas, como demonstra a tabela 3.

**Tabela 3**

**Tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1849.**

Onerosas	Não Onerosas
----------	--------------

Períodos	N	%	N	%
1810-1819	4	4,7	1	1,2
1820-1829	16	18,9	4	4,7
1830-1839	31	36,5	9	10,5
1840-1849	17	20,0	3	3,5
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>80,1</b>	<b>17</b>	<b>19,9</b>

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados da tabela 3 demonstram que 68 (80,1%) das cartas de alforrias em Ilhéus foram obtidas mediante algum tipo de ônus e, apenas 17 (19,9%) delas foram alcançadas de forma gratuita e incondicional, classificadas por nós como sendo não onerosas, embora consideremos que o esforço do escravo ou de seus pais no sentido de trabalharem e prestarem bons serviços ao seu senhor por longos anos lhes valeu na hora de obter a alforria. Analisando apenas as alforrias onerosas podemos perceber os diferentes tipos de ônus que incidiram sobre estas manumissões. A tabela 4 fornece essas informações.

**Tabela 4**

**Tipos de alforrias onerosas. Ilhéus, 1810-1849**

Períodos	1810-19		1820-29		1830-39		1840-49		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Paga. Incond.</b>	2	2,9	5	7,3	9	13,2	7	10,2	23	33,8
<b>Paga. Cond.</b>	-	-	7	10,2	7	10,2	1	1,4	15	22,0
<b>Grat. Cond.</b>	2	2,9	4	5,8	15	22,0	9	13,2	30	44,2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5,8</b>	<b>16</b>	<b>23,3</b>	<b>31</b>	<b>45,4</b>	<b>17</b>	<b>24,8</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A tabela 4 permite constatar que, entre as alforrias onerosas, predominou as gratuitas condicionadas, 30 cartas que correspondem a 44,2% de todas as alforrias onerosas, sendo 23 (33%) alforrias pagas sem condição e 15 (22%) delas também foram pagas, porém estavam condicionadas ao cumprimento de algum tipo de serviço. Estes percentuais demonstram que em Ilhéus, bem como em outras regiões brasileiras, ocorreu aquilo que Manuela Carneiro da Cunha chamou de ‘produção de dependentes’, pois não se emergia livre da escravidão, mas dependente (CUNHA, 1985: 11). Além do fato de 80% das alforrias registradas serem onerosas, entre os 38 casos em que elas foram pagas, 15 (39%) ainda possuíam cláusulas suspensivas, isto é, os alforriados deveriam cumprir algum tipo de condição antes de alcançar o status de liberto.

Investigando o tipo de condição imposta nas alforrias onerosas percebemos que o grau de sujeição pessoal do alforriado ao seu senhor era elevado, visto que na maioria das vezes o escravo deveria esperar até a morte do seu proprietário para ingressar no mundo dos libertos, como se pode ver na tabela 5.

**Tabela 5**  
**Tipos de condição das alforrias. Ilhéus, 1810 – 1849.**

<b>Condição</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Acomp./servir até a morte do senhor</b>	36	80,0
<b>Acomp./servir até a morte do senhor/filho/esposa/avô</b>	5	11,2
<b>Nunca mais pisar os pés na vila</b>	1	2,2
<b>Prestar serviço até pagar o restante da alforria</b>	1	2,2
<b>Acomp. o senhor por 4 anos</b>	1	2,2
<b>Liberta pela metade</b>	1	2,2
<b>Total</b>	45	100

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A Tabela 5 indica que 45 (52,3%) do total de 85 manumissões eram condicionadas. Na grande maioria destes casos 36 (80%) os escravos deveriam esperar até a morte do senhor para conseguir a plena libertação do cativo. Interessante notar o caso da escrava crioula Florencia, que teve sua alforria registrada por uma de suas donas, Rosa Joaquina de São Jose que, recebendo Rs. 50\$000 da dita escrava, fez a seguinte observação,

[...] cuja outra metade pertence a minha irmã Delfina Maria, que a houvermos por legitima da finada minha tia Roberta Maria [...] Referida escrava que nos pertence forro como de efeito ha por forra liberta [...] Ficando sujeita a outra metade pertencente à dita minha irmã, podendo em virtude da presente gozar da metade de sua liberdade.<sup>4</sup>

A outra metade da liberdade da escrava estava, portanto, condicionada à vontade ou disposição da sua segunda proprietária. A carta de alforria não permite saber sobre os meios que Florencia utilizou para conseguir os Rs. 50\$000. Todavia, se foi com recursos próprios, fruto de anos de trabalho e economias, a condição de liberta pela metade poderia significar que a mesma teria um tempo a mais para labutar em benefício da sua pessoa, porém, nada garante que a dona da outra parte da cativa não iria utilizar-se dos serviços dela em tempo integral.

<sup>4</sup> APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20/06/1839. Atualizamos a grafia e a acentuação dos textos de época citados no corpo deste trabalho, para facilitar a leitura. Mantivemos, porém, a forma original no que diz respeito ao vocabulário e à construção das frases.

Independente de cumprir condições ou não, os escravos de Ilhéus fizeram suas articulações para se livrarem do cativeiro. Aceitar o cumprimento de condições como acompanhar e servir o senhor até a morte pode ter significado alguma vantagem para eles, principalmente se levarmos em consideração a idade do manumissor e do alforriado, sendo que no caso de Ilhéus havia muitas crianças entre estes últimos, como veremos adiante.

Algumas cartas de alforrias foram pagas, nem sempre pelos próprios cativos, bem como parte delas não resultaram na plena libertação do cativeiro, como mencionamos anteriormente nos casos das alforrias pagas condicionais. Não obstante, a soma que os escravos pagaram é um indicativo das chances que eles tinham de acumular pecúlio no contexto da escravidão em Ilhéus. A tabela 6 contém informações sobre os preços médios das alforrias por períodos.

**Tabela 6**

**Preços Médios das alforrias. Ilhéus, 1810-1849.**

<b>Períodos</b>	<b>Nº Pagas</b>	<b>(%) Pagas</b>	<b>Preço Médio (mil réis)</b>
<b>1810-1819</b>	2	5,3	65\$000
<b>1820-1829</b>	12	31,6	134\$700
<b>1830-1839</b>	16	42,1	110\$100
<b>1840-1849</b>	8	21,0	247\$100
<b>Total</b>	38	100,0	149\$000

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Notamos, pelos dados da Tabela 6, que os escravos de Ilhéus conseguiam arrematar algumas somas em dinheiro para barganhar a compra da alforria. Todavia, salientamos que algumas delas foram avaliadas nas terças dos inventários, portanto, não provém da compra direta da mesma pelo cativo, como foi o caso da alforria da escrava Eliutéria Maria, descrita como crioula, mulatinha, avaliada em Rs. 140\$000 pela sua proprietária, Isabel Maria da Conceição, que registrou a carta em 1824 com a seguinte observação “[...] E liberto por esta carta de liberdade pelo preço e quantia de cento e quarenta mil réis na minha terça que a mandei avaliar e esta quantia ficou para a sua liberdade.”<sup>5</sup>

Entre as cartas de alforrias avaliadas em Ilhéus, o menor valor registrado foi o de uma criança de nome Lúcia, descrita como crioula, mulatinha, filha da escrava

<sup>5</sup> APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 061V, 30/07/1824.



Antônia, propriedade do casal Luiz Gonzaga Lopes e Maria do Nascimento, que alforriou a criança em 1834 pelo valor de Rs. 10\$000, pago nas terças da senhora, como consta no documento,

[...] cuja mulatinha, logo que nasceu a demos por forra para o batismo no valor de dez mil réis nas nossas terças, pelo muito amor que temos e a termos criado nos nossos braços para que não padeça desvio no dito batistério [ilegível] passamos-lhe para segurança esta presente carta de liberdade como de fato a forramos.<sup>6</sup>

Não obstante, o maior valor pago por uma alforria foi realizado por Benta Januária, mãe do escravo Francisco, descrito como crioulo, adulto, propriedade de Joaquim José da Costa Seabra, que recebeu em 1848 o valor de Rs. 500\$000 pela alforria incondicional do cativo.<sup>7</sup> Cabe, neste caso, indagar sobre como a mãe do cativo amealhou a quantia necessária para a compra da alforria de seu filho.

Sabemos, no entanto, que os escravos de Ilhéus vendiam os produtos que plantavam ou os utensílios domésticos que fabricavam em lojas e feiras ao ar-livre em todo o município, inclusive, alguns deles usavam sua terra para plantar cacau e participar, eles próprios, da economia de exportação (MAHONY, 2001: 120). Desse modo, assim como em outras regiões escravistas do Brasil, os escravos de Ilhéus também tinham suas próprias economias.

Os preços médios das alforrias em Ilhéus, de um modo geral, quando comparados com os de outras localidades, apresentam algumas diferenças. Mary C. Karasch, por exemplo, calculou o preço médio dos libertos no Rio de Janeiro nos primeiros lustros do século XIX, constatando que para os cativos nascidos no Brasil o preço médio foi de Rs. 167\$568 entre os escravos, e Rs. 151\$602 entre as escravas (KARASCH, 2000: 452). Katia M. de Queirós Mattoso, Herbert Klein e Stanley L. Engerman analisaram os preços das alforrias de escravos adultos em Salvador entre 1819 e 1888. No biênio 1829-30, o preço médio das alforrias dos escravos adultos foi de Rs. 266\$000 entre os homens e de Rs. 102\$000 entre as mulheres (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988: 66). Nesse sentido, consideramos que os preços médios das cartas de alforrias em Ilhéus não se distanciavam tanto daqueles verificados nas áreas com economia de exportação e grandes centros importadores de escravos, como Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo. Ademais, notamos que o preço médio das alforrias em Ilhéus aumenta no período 1840-49, o que pode estar relacionado com o

---

<sup>6</sup> APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 71F, 22/02/1834.

<sup>7</sup> APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11/11/1848.

crescimento da dinâmica da economia local, que ao impulsionar o comércio deve ter valorizado a mão de obra escrava. Por outro lado, este aumento também pode estar relacionado com o avanço das pressões para acabar com o tráfico transatlântico de escravos que, de um modo geral, acabaram por elevar os preços dos cativos no Brasil.

Analisando o perfil dos alforriados, percebemos que, com relação à divisão por sexo, os alforriados de Ilhéus seguem o “padrão” da maioria das regiões brasileiras, como se pode ver na tabela 7.

**Tabela 7**

**Alforriados segundo o sexo. Ilhéus, 1810-1849**

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
1810-1819	1	1,2	4	4,6
1820-1829	7	8,0	13	14,9
1830-1839	17	19,6	25	28,8
1840-1849	7	8,0	13	14,9
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>36,8</b>	<b>55</b>	<b>63,2</b>

Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Os dados que emergem da tabela 7 confirmam aquilo que também foi atestado para outras localidades, ou seja, as mulheres superaram os homens em números absolutos e percentuais em todos os períodos analisados. Segundo Peter Eisenberg, todos os estudos da alforria brasileira concordam, com uma unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, em números bem superiores à sua proporção dentro da população escrava (EISENBERG, 1987:182).

Embora os dados referentes às essas mulheres sejam dispersos, podemos constatar que muitas crianças foram beneficiadas com alforrias, umas por serem filhas de escravas do senhor/senhora, outras por apadrinhamento ou por intermédio de familiares, que de diversas formas buscaram resgatá-las do cativo. Assim, podemos constatar que do total de 87 alforriados, 36,7% deles eram crianças, descritas nos documentos como pardinho, mulatinho, crioulinho, sendo que em alguns casos vêm acompanhados da idade ou a denominação filho/filha de escrava.

A tabela 8 permite observar a distribuição dos alforriados segundo a idade.

**Tabela 8**

### Alforriados segundo a idade. Ilhéus, 1810-1849

Períodos	1810-19		1820-29		1830-39		1840-49		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Crianças</b>	3	3,4	4	4,6	19	21,9	6	6,9	32	36,7
<b>Adultos</b>	2	2,3	15	17,2	22	25,3	14	16,1	53	60,9
<b>Idosos</b>	-	-	1	1,2	1	1,2	-	-	2	2,4

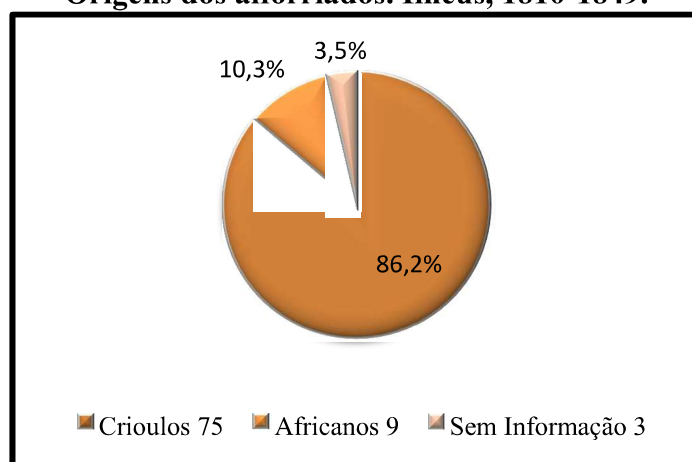
Fonte: BRASIL, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>os</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

A presença significativa de crianças alforriadas pode refletir vários aspectos populacionais. Um dos primeiros elementos diz respeito aos números absolutos, pois, de um modo geral elas representaram 36,7% do total de alforriados dentro do período em tela. Isto pode indicar que em Ilhéus, na primeira metade do século XIX, a taxa de mortalidade infantil era reduzida e, provavelmente, a população cativa apresentava taxa de reprodução natural positiva. Mary Ann Mahony encontrou no registro batismal do período entre 1823 e 1843 informações sobre 451 pessoas, segundo a pesquisadora 75 homens, 186 mulheres e 190 crianças, claramente identificáveis como escravos (MAHONY, 2001: 99). Acreditamos que a presença expressiva de crianças pode ser um indicativo da constituição de famílias escravas. No entanto, ainda não temos subsídios documentais suficientes para confirmar esta hipótese.

Com relação à origem dos alforriados, prevaleceram os nascidos no Brasil (crioulos), conforme o gráfico I.

**Gráfico I**

**Origens dos alforriados. Ilhéus, 1810-1849.**



Fonte: Brasil, Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (BA), Judiciário, N<sup>o</sup> 5 a 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O pequeno percentual de africanos 10,3% corresponde a 9 indivíduos, sendo que 3 foram descritos como africanos, 2 de origem Mina e os demais como Angola, Congo, Nagô e Haussá. A representação pouco expressiva de escravos de origem africana pode sugerir que os escravistas de Ilhéus, na primeira metade do século XIX, recorriam ao mercado externo de escravos com pouca frequência. Todavia, é preciso salientar que os dados da população forra não podem ser estendidos para a sociedade como um todo. No entanto, para as áreas distantes dos grandes centros importadores de cativos e com economia pouco inclinada para a exportação, como é o caso de Ilhéus no período, as características da população alforriada pode não estar muito distante do perfil da população escrava local.

### **Considerações finais**

O estudo que das alforrias em Ilhéus demonstrou que a maior parte dos alforriados (63,2%) era mulheres e a quantidade de crianças era significativa (36,7%). Considerando as particularidades econômicas e escravista é possível notar que nesta localidade, assim como em outras regiões brasileira, a alforria serviu a uma política de dominação paternalista, dado confirmado pelo elevado número de manumissões que condicionavam os alforriados, na maioria dos casos, a acompanhar e servir o seu senhor ou parente até a morte (52,3%).

Por outro lado, mesmo observando que na maioria das vezes os alforriados não alcançavam o status de liberto logo após o registro da carta de alforria, eles fizeram suas articulações para livrarem-se do cativo. Uma delas, e talvez resida aqui uma singularidade das áreas com economia de subsistência e com produtos destinados ao abastecimento do mercado interno, era a libertação de crianças com mais frequência que em áreas de exportação. Comparativamente, em Ilhéus o preço médio das alforrias de crianças foi de Rs. 71\$000, enquanto dos adultos foi de Rs. 165\$000.

Nas áreas com economia agroexportadoras e principais portos de desembarques de africanos esta situação era diferente, por exemplo: no Rio de Janeiro, entre 1807-1831, apenas 13% da amostra de libertos podem ser identificados como crianças (KARASCH, 2000: 455), em Salvador esta taxa permaneceu sempre baixa na primeira metade do século XIX, em torno de 4,7% , com duas exceções nos biênios de 1819-20 e

1835-36 quando a percentagem atinge 16,7% e 16%, respectivamente (MATTOSO, 1972: 42).

Em Ilhéus, o preço médio dos alforriados do sexo feminino, comparativamente, era mais baixo que o do sexo masculino, Rs. 123\$010 contra Rs. 161\$120. Sabemos que isto não era uma particularidade desta vila, no entanto, por ser uma região com economia em desenvolvimento e com atividades econômicas cuja rentabilidade era relativamente baixa, talvez isso tenha sido um fator limitante para os escravos, bem como para os seus familiares e compadres na hora de negociarem a libertação do cativo. Desse modo, podemos inferir que neste caso, quando se tratava de pagar pela manumissão, as maiores chances eram de alforriar mulheres e crianças.

A respeito da origem dos alforriados, em Ilhéus os africanos representaram apenas 10,3% da população forra, enquanto no Rio de Janeiro este percentual variou entre 49,8% e 52% nos anos 1840 e 1850 (FLORENTINO, 2005: 346), em Salvador essa taxa elevou-se de 32,8% em 1809-09 para 50,2% em 1851-52 (NISHIDA, 1993: 242). Aqui, o fator demográfico deve ter exercido peso maior na explicação da diferença, pois o percentual de africanos na população cativa do Rio de Janeiro e de Salvador era superior ao de Ilhéus.

Muitas das questões analisadas neste estudo, temos plena consciência que precisam de melhor refinamento. Por hora, procuramos demonstrar que a alforria pode ter funcionado como instrumento de controle político sobre os escravos, e até pode ser vista como um fator que “estabilizava” o sistema. Não obstante, os escravos não foram sujeitos passivos, vítimas inertes do desejo/poder da classe senhorial.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Kátia Lorena Novaes. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, FFCH/UFBA, 2006.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTIN, Enidelce. *As alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2004.

BONDAR, Gregório. *A lavoura cacauera da Bahia. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia*, Salvador, 1933.

- CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus-Ba: Editus, 2006.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Angelo Alves (Orgs). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- EISENBER, P. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17(2), p. 175-216, Maio/Ago. 1987.
- EISENBERG, Peter L. A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- FERREIRA, Roberto Guedes. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, nº 35, p. 83-141, 2007.
- FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. *Mecanismos de formação da propriedade cacauera no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 1977.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico de Escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): 129-149, maio/ago. 1987.
- \_\_\_\_\_. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, 120, p. 3-25, jan/jul. 1989.
- LYRA, Henrique J. Buckingham. *Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, Salvador, 1982.
- MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, 25-26, p. 95-139, 2001.

- MATTOSO, Kátia M.; KLEIN; Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850”. In: *Anais de História*. Ano 4: p. 23-52, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- NISHIDA, Mieko. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 23 n° 2, p. 227-265, maio/ago, 1993.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Angelo Alves (Orgs). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p.47-116.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684- 1745. In: *Anais de História*. Ano VI: p. 71-114, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.
- \_\_\_\_\_. Segredos Internos: trabalho escravo e vida escrava no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 4 (6): p. 45-59. Jun/1983.